

A crise de um modelo de desenvolvimento:

notas para uma análise da conjuntura brasileira

Inácio Neutzling SJ

Introdução

Em 1990, a População Economicamente Ativa (PEA) era de 59.300.000 pessoas, ou seja 39% da população acima de 10 anos¹. Desse contingente, 73,2% é urbano. 51,6% da PEA trabalha no setor de serviços, 23,8% na indústria e 24,6% na agricultura².

12,2% da PEA compõe-se jovens entre 10 e 17 anos de idade. Estima-se em 900 mil o número de famílias onde as crianças são as únicas responsáveis pelo sustento³.

O Brasil inicia a década de 90 com uma das mais perversas distribuições de renda do mundo. Em 1990, os 10% mais ricos da população detinham 46,4% da renda bruta, enquanto 70% da população detinham 25%. Os 10% mais pobres ficavam com 0,7% da população. O cenário descrito pelo organismo técnico do Ministério da Economia prevê no melhor dos casos, que no ano 2000 estes 10% deterão 0,9% e os 70% chegariam a deter 28,7%, enquanto os 10% mais ricos ficariam com 42%⁴.

¹ KANDIR, A., "Projeto de Reconstrução Nacional: cenários sócio-econômicos para o Brasil do ano 2000", *Gazeta Mercantil*, 16/05/1991, p. 6-8.

² Fonte: IBGE 1987. Cf. *Solidários na dignidade do trabalho*: texto-base CF-91, CNBB, 1990, p. 25-31; *Informe CF-91*, Comissão da Pastoral Operária, 1991: O mundo do trabalho em dados.

³ *Quem acolhe o menor, a mim acolhe*: texto-base CF-87, CNBB, p. 36.

⁴ KANDIR, art. cit., p. 8, tabela 10.

Esta desigualdade se expressa igualmente no consumo per capita. Em 1990 o consumo per capita anual dos mais ricos da população foi de 8.615 dólares, enquanto o dos 10% mais pobres era de 166 dólares e dos 20% mais pobres de 416 dólares. Isto significa que 30% da população brasileira vive em estado de pobreza, ou seja, tem um consumo anual inferior a 600 dólares⁵.

A extrema concentração da renda não é algo conjuntural. Constitui-se numa tendência enraizada no tipo de desenvolvimento econômico que foi adotado no país.

O índice de concentração de Gini⁶ para os indivíduos com rendimento passa de 0,497 em 1960 para 0,565 em 1970 e para 0,590 em 1989⁷. Esta tendência verificada no início dos anos 80 se acentua no decorrer da década de 80. O índice Gini passa de 0,593 em 1983 para 0,612 em 1988⁸.

Busca de um novo modelo de desenvolvimento

Esta situação é consequência de um modelo de desenvolvimento econômico adotado e implementado a partir de 1930, de modo geral, e mais especificamente a partir de 1945. O desenvolvimentismo teve como objetivo a industrialização do país. Sua estratégia fundamental a era presença do Estado, principalmente através do desenvolvimento das empresas estatais. O modelo desenvolvimentista, nacional-populista até 1964 e tecno-burocrático-autoritário, com a exclusão radical dos trabalhadores e setores organizados das classes populares, depois de 1964, vigorou até o final dos anos setenta. A economia brasileira durante o período desenvolvimentista cresceu a uma média de 7% ao ano⁹.

A década de 80 é a década da crise desse modelo. Essa crise vai desorganizar o projeto de industrialização brasileira alavancado por um Estado modernizante, ainda que cartorial, sustentado por uma esdrúxula e conser-

⁵ Ibid., tabela 11; cf. também CNBB, *Sociedade brasileira e desafios pastorais*, São Paulo: Paulinas, 1989, p. 42; NEUTZLING, I., "A modernização brasileira e a exclusão social: notas para uma análise da realidade sócio-econômica do Brasil", *Convergência* 26 (1999), n. 26, p. 226-227.

⁶ Medida do grau de concentração da distribuição, cujo valor varia de 0 (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima).

⁷ BONELLI, R., SEDLACEK, G.L., "A evolução da distribuição de renda entre 1983 e 1988", in: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F., *Distribuição de renda no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 57.

⁸ Ibid., p. 64.

⁹ Para uma análise da presença do estado na estratégia desenvolvimentista, cf. FIORI, J.L., "Para uma crítica da teoria latino-americana do estado" (I), *Síntese N.F.* (1990), n. 50: 55-72; (II), *ibid.*, n. 51: 70-103.

vadora aliança liberal-desenvolvimentista, agora em processo de decomposição ou reorganização¹⁰.

As eleições de 17 de dezembro de 1989 definem a escolha de uma nova estratégia para enfrentar a crise do modelo desenvolvimentista brasileiro, do seu padrão de financiamento público, do tipo de articulação Estado/mercado. A característica mais evidente desse padrão de articulação foi a política de subsídios e incentivos, a subvalorização periódica dos preços e tarifas públicas e a socialização das perdas das instituições privadas insolventes¹¹.

A estratégia adotada é a de recolocar o Brasil no mundo do capital transnacionalizado, aprofundando sua integração competitiva no mercado internacional cada vez mais globalizado, via a modernização do país. Trata-se de uma "estratégia de médio e longo prazo que quer redesenhar radicalmente a sociedade brasileira, reorganizando a economia e revolucionando o Estado segundo padrões estritamente liberais"¹².

A política de fundo que dá a diretriz é a crença de que o mercado, deixado livre e sem interferências, isto é, prescindindo de medidas que interfiram nas decisões volutárias dos agentes econômicos, é capaz de equilibrar a economia.

A opção feita é pela *inserção competitiva no mercado internacional fortemente globalizado*. Para isto é necessário redefinir o papel do Estado e da sociedade brasileira em função da plena efetivação do mercado livre. Acredita-se que o mercado livre será capaz de fazer o Brasil trilhar o caminho do crescimento ilimitado via a transnacionalização da sua economia e a renovação tecnológica da sua atividade industrial, comercial e agrária. E assim o Brasil como que automaticamente irá resolvendo os grandes desafios que surgem da crescente degradação da vida da maioria da população brasileira. A melhoria das condições gerais da vida da população brasileira alcançar-se-á pela via indireta do aprimoramento do capitalismo através de processos distributivos espontâneos.

Trata-se de uma estratégia que, em nenhum momento, questiona as bases estruturais da sociedade brasileira e suas vinculações internacionais. Pelo contrário, atualiza-as e ajusta-as procurando implantar um capitalismo avançado capaz de colocar o país no bloco das sete maiores nações do mundo.

¹⁰ FIORI, J.L., "Transição superada, crise superada?", *Novos Estudos CEBRAP* (1990), n. 28, p. 141.

¹¹ Cf. CNBB, *Sociedade brasileira...*, p. 48-49.

¹² FIORI, J.L., "O Plano Bonaparte de Collor", *Jornal do Brasil*, 08/04/1990, Caderno Idéias, p. 4-7.

O mundo do comércio

Esta estratégia é implementada num contexto internacional que se caracteriza:

1º, pela *globalização da economia mundial*. "Uma única economia. Um único mercado. Esse é o próximo nível natural da história econômica da civilização", apregoam ufanisticamente alguns analistas olhando desde o prisma dos países do Norte¹³. Importante é dar-se conta do "processo de mundialização das economias nacionais, o processo de integração de cada economia nacional no mundo como um todo"¹⁴. Neste processo presencia-se a reorganização do mundo em três macro-espacos econômicos: a Europa unificada sob a hegemonia da Alemanha; a América do Norte sob a hegemonia dos EUA; o bloco asiático sob a hegemonia do Japão. O triângulo de ouro do livre comércio mundial é constituído pela ligação da América do Norte, Europa e Japão¹⁵.

2º, pela *ascensão dos países do Pacífico no comércio mundial*. Hoje a Ásia tem a metade da população do mundo. No ano 2000, terá dois terços. A Ásia é um mercado de três trilhões de dólares e em constante ascensão. "De qualquer forma que se meça, geográfica, demográfica ou economicamente o Pacific Rim (A margem do Pacífico) é uma poderosa presença global". A tal ponto que, se o "Mediterrâneo é o oceano do passado, o Atlântico o oceano do presente, o Pacífico é o oceano do futuro"¹⁶.

3º, pelo *papel fundamental na reorganização da economia mundial* que é jogado pelas *novas tecnologias*. As novas tecnologias aceleram a tendência de globalização da economia. Este processo de transformação tecnológica tem reflexos sobre as relações de trabalho e induz um processo de realocização das atividades industriais e agrícolas no mundo¹⁷.

4º. *O fim da guerra fria* no mundo, cujo símbolo é a queda do muro de Berlim, fez com que se afirmasse a vitória do Mercado Livre sobre o socialismo. Para alguns, a história, enquanto história, chegou ao fim com a vitória econômica e política do liberalismo e o esgotamento ou extinção de qualquer alternativa sistemática a ele. O fim da história significa o acabamento da

¹³ NAISBITT, J., ABUERDENE, P., *Megatrends 2000: dez novas tendências de transformação da sociedade nos anos 90*. 3ª ed. São Paulo: Amana-Key, 1990, p. 31.

¹⁴ SANTOS, M., "Traços do momento econômico mundial", *Cadernos do CEAS* (1990), n. 130, p. 25.

¹⁵ NAISBITT etc., ob. cit., p. 33; cf. também SANTOS, art. cit., p. 16-25.

¹⁶ NAISBITT etc., ob. cit., p. 209-210. Para uma análise da transição do Mediterrâneo para o Pacífico, cf. BRAUDEL, F., *A dinâmica do capitalismo*, Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

¹⁷ Cf. SANTOS, art. cit., p. 18-20.

evolução ideológica da humanidade e a universalização da democracia liberal ocidental como forma final do governo humano¹⁸.

5º. Vivemos a *era do indivíduo*. Sua supremacia aos poucos vai sendo reconhecida em todos os setores da atividade humana¹⁹. A economia da informação, ao contrário da era industrial, acentua e sinaliza a centralidade do indivíduo fortalecendo o seu poder. Poder do indivíduo que é ampliado pelo computador e as novas tecnologias. O auto-interesse e a prosperidade são os argumentos centrais para consolidar a vitória do Mercado Livre, do Livre Comércio. O momento mundial que estamos vivendo é o do triunfo do indivíduo e a morte do coletivo. "O reconhecimento deste triunfo é o fio condutor que une as grandes tendências que marcam a atual conjuntura mundial."²⁰

O capital não opta pelos pobres

Quais são os limites que desafiam a estratégia brasileira de integração competitiva no Mundo do Comércio?

Os limites dessa estratégia são muitos e grandes.

1. *O comércio internacional está cada vez mais competitivo*, com um maior número de parceiros, especialmente do Pacific Rim, o que significará uma situação de concorrência cada vez mais profunda. Isto se acentua com a exclusão da América Latina do processo de globalização da economia. Por ex., atualmente a América Latina exporta 100 em volume e recebe 74 em valor, enquanto países industriais devido a alta tecnologia, exportam 100 em volume e recebem 124 em valor²¹.

2. Para desenvolver esta sua estratégia, o país necessita de capital, de *investimentos estrangeiros maciços*.

Há, no entanto, uma escassez estrutural de poupança no mundo. As possibilidades de captar poupança no mundo são altamente competitivas. O fluxo do capital hoje é Norte-Norte e transita prioritariamente pelo sistema

¹⁸ FUKUYAMA, F., "The End of History", *The National Interest* (EUA), verão 1989 (cit. em Gallardo, H., "Francis Fukuyama y el futuro del Capitalismo Burguês. El final de la história o el deseo de finalizar el ser humano?", *Pasos* 27 (1990): 7-17, aqui p. 8). Para uma análise da tese de Fukuyama como uma ideologia americana para justificar intervencionismos no mundo, como no Golfo Pérsico, cf. COGGIOLA, O., "O declínio do 'Fim da história'", *Jornal do Brasil*, 27/01/1991, Caderno Idéias, p. 4-6.

¹⁹ Cf. *ibid.*, p. 349-362.

²⁰ NAISBITT etc., *ob. cit.*, p. 207-208.

²¹ LECHNER, N., "A Modernidade e a Modernização são compatíveis?", *Lua Nova* (1990), n. 21, p. 76.

financeiro privado. Isto modifica substancialmente o direcionamento espacial dos grandes fluxos de capital. O capital não faz a opção pelo pobres. Ele se direciona prioritariamente aos países do Norte. "Da-se um processo de especulação concentrada com os recursos financeiros nos países do Norte, que tem como um dos seus subprodutos a elevação do custo do dinheiro, ou seja, da taxa de juros."²²

3. A *inovação tecnológica* tirou de países como o Brasil "as clássicas vantagens comparativas históricas que deram, bem ou mal, à região, desde a época da expansão europeia no século XVI, um papel econômico no mundo"²³.

Assim, na agricultura, a introdução de técnicas agrícolas como fertilizantes, defensivos, etc., juntamente com a biotecnologia, diminuíram a importância estratégica da exportação e importação de produtos primários.

Como vimos acima, diminui a importância das matérias primas. A inovação tecnológica reduz o seu peso econômico, seja no processo de manufatura, seja na quantidade de matérias empregadas, reduzindo o tamanho dos produtos (*downsizing*), substituindo materiais, etc.

No setor secundário, a automação e a informática atenuaram a relevância do custo mais barato da mão-de-obra como fator de competitividade internacional.

No setor terciário, a inovação tecnológica tem gerado novos tipos de informações e conhecimentos de ponta que países como o Brasil têm dificuldades em gerar.

A produção da exclusão sócio-econômica

A crise brasileira, na sua vertente sócio-econômica, é fruto de uma *dupla desordem*²⁵.

1. A saída da ordem tradicional para a *modernização* foi *extremamente acelerada*.

Por modernização entendemos o desenvolvimento da racionalidade instrumental que busca a previsibilidade e o controle dos processos sociais e naturais²⁶.

²² SANTOS, art. cit., p. 21.

²³ LAFER, C., "Dilemas da América Latina...", p. 35-38; aqui, p. 35.

²⁴ Art. cit.

²⁵ Aqui seguimos o pertinente estudo do sociólogo mexicano ZERMENO, S., "México: o retorno do líder. Crise, neoliberalismo e desordem", *Lua Nova* (1989), n. 18: 169-205.

²⁶ Cf. LECHNER, art. cit., p. 73-74.

Durante 30 anos, isto é, da segunda guerra até 1980, a América Latina no seu conjunto teve uma taxa de crescimento de 6,7% ao ano, enquanto o mundo todo só chegava a 5,9%. O crescimento da América Latina neste período foi, inclusive, mais rápido do que a dos EUA durante a sua decolagem, de 1870 a 1900²⁷.

O mesmo acontece no Brasil. A economia brasileira durante o período desenvolvimentista cresceu a uma média de 7% ao ano²⁸. Entre 1940 e 1980, a economia brasileira cresceu catorze vezes²⁹.

Em um século, desde a proclamação da República, o Brasil transformou-se de um país basicamente agrícola num país com uma privilegiada estrutura industrial que o coloca, em termos de produto entre as 10 maiores economias do mundo. Produz e compete no mercado internacional, desde têxteis até aviões, passando por uma indústria metal-mecânica que produz um milhão de automóveis por ano.

Trata-se, no entanto, de "um impacto modernizador na urbanização, na industrialização, etc. sobre uma matriz societal, às vezes, completamente alheia ao meio europeu que serviu de berço para a industrialização"²⁹. Tornamos receptáculo de um estilo de produção, concentracionista, fundamentalmente voltado para máquinas e processos produtivos rígidos e bens padronizados. Estabelece-se "como cerne da parte moderna e favorecida da nossa economia, uma indústria que só consegue copiar, em benefício das minorias, os produtos consumidos pelas maiorias nos países ricos. E que só consegue exportar bens industrializados que dependem, para concorrerem no mercado mundial, do aviltamento dos salários internos"³⁰.

2. A segunda desordem é o *estancamento desse processo de desenvolvimento*.

Como já vimos, o modelo desenvolvimentista, nacional-populista até 1964 e tecno-burocrático-autoritário, com a exclusão radical dos trabalhadores e setores organizados das classes populares, depois de 1964, vigorou até o final dos anos setenta.

²⁷ TOURAINE, A., *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. Campinas: UNICAMP/Trajatória Cultural, 1989, p. 36-37, p. 43.

²⁸ Cf. BUARQUE, C., *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Seguimos aqui fundamentalmente este autor, esp. p. 66-72.

²⁹ SAYAD, J., "Diretrizes gerais de Política Econômica", *Folha de São Paulo*, 18/05/1985; cit. em IANNI, O., "A Questão Social", *São Paulo em Perspectiva* 5 (1991), n. 1, p. 3.

³⁰ ZERMENO, art. cit., p. 172. Cf. O'DONNELL, G., *Análise do Autoritarismo Burocrático*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 39-40.

³¹ *Ibid.*, p. 50.

A década de 80 é a década da crise e do estancamento deste modelo. Isto desorganiza o projeto de industrialização brasileira³².

A atual política econômica vigente no país visa superar esta crise pela implementação da estratégia de recolocar o Brasil no mundo do capital transnacionalizado, aprofundando sua integração competitiva no mercado internacional, cada vez mais globalizado, via renovado processo de modernização³³.

Esta dupla desordem está provocando:

1. A apartação social

A sociedade brasileira está cada vez mais marcada pela dualidade sócio-econômica. O país vive dividido entre "dois mundos funcionalmente ligados, porém, hierarquicamente separados: um relativamente organizado e capitalizado, integrado em mercados nacionais e internacionais, equipado por tecnologia moderna e, sobretudo, favorecido pelo Estado e por suas empresas públicas; e outro, desorganizado e desfavorecido, com acesso precário ao capital, aos mercados à tecnologia, onde vive e trabalha a maioria dos brasileiros"³⁴. Generaliza-se "um Estado de apartheid"³⁵. Consolida-se cada vez mais uma "estrutura social apartada, com uma parte de privilegiados separada da maioria, não apenas econômica, mas também, juridicamente". Estas classes separadas vão se sobrepondo "nas mesmas cidades e nas mesmas áreas de um único território, interligados por um colonialismo interno"³⁶. A mesma sociedade que "fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades" que constituem hoje a questão social³⁷. Enfim, o processo de modernização "deixa o Brasil mais dividido, com classes mais apartadas do que quando sua sociedade tinha escravos e senhores"³⁸.

Trata-se não do dualismo entre o tradicional-arcaico e o moderno, o rural e o urbano, mas da *exclusão produzida pelo próprio processo de modernização*: os setores excluídos fazem parte do "modo de vida" moderno. São *marginais*, não por seus valores ou aspirações, mas em relação ao processo

³² Para uma análise mais aprofundada, cf. FIORI, "Transição superada...", p. 141.

³³ Para uma análise das atuais condições internacionais para implementar tal estratégia, cf. CNBB, *Sociedade brasileira...*, p. 51-55; NEUTZLING, "A modernização brasileira...", p. 226-233.

³⁴ MANGABEIRA UNGER, R., *A Alternativa Transformadora*, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1990, p. 15.

³⁵ NUNES, E. "Carências e modos de vida", *São Paulo em Perspectiva* 4 (1990) n. 2: 2-7; aqui, p. 7.

³⁶ BUARQUE, *O colapso...*, p. 34.

³⁷ IANNI, art. cit., p. 10.

³⁸ BUARQUE, ob. cit., p. 16.

³⁹ Cf. LECHNER, "A Modernidade...", p. 75-78.

de modernização que, dado o peso crescente do fator capital (incluindo a tecnologia), é incapaz de integrá-los, gerando um *desemprego estrutural*. O caráter da exclusão social é alterado. Pois o *setor excluído* não está à margem do sistema capitalista, mas é *incorporado passivamente*³⁹. Trata-se de uma "exclusão em massa e permanente"⁴⁰, que nos permite falar em *apartheid social*. Diferentemente dos dualismos passados, onde os velhos regimes oligárquicos tinham, pelo menos, a pretensão de servirem de base à construção de Estados nacionais relativamente integrados, nos regimes de apartheid social, esta pretensão de hegemonia entra em crise. Aos participantes do Primeiro Brasil falta uma visão geral da Nação⁴¹. Sua visão, quando a tem, limita-se a uma pequena parte da Nação real, aquela mais moderna e integrada aos circuitos econômicos internacionais mas totalmente desvinculada das grandes maiorias socialmente excluídas. "Chegamos a esse limite os grupos dominantes já não se vêem como parte da Nação mas como parte do mundo ou bloco internacional."⁴²

2. Anomia generalizada

Esta dupla desordem cria uma *forte desorganização social*, uma "dinâmica de desordem" nos planos da família, partidos, associações, Estado. A desintegração e instabilidade no trabalho, organização sindical frágil, corrosão e ruptura da coesão familiar, exclusão política, escolaridade deficiente, religiosidade questionada, representações políticas rejeitadas, urbanizações selvagens provocam uma "anomia generalizada"⁴³. Esta anomia generalizada se expressa na "falta de um sentimento nacional, perda de auto-estima, desconfiança generalizada em relação ao país, aos seus dirigentes de todas as tendências políticas e a todas as suas instituições. Aumento da prática do individualismo, do oportunismo, do descompromisso social e do vandalismo"⁴⁴. Em frente do estancamento econômico e da ausência de mobilização global, prevalecem as formas de "integração anômica"⁴⁵. Vão-se criando assim as condições para o crescimento da apatia que leva ao "conformismo delinqüencial" e, no extremo, "ao refúgio individual, à introversão, à crise pessoal, à destruição das capacidades do sujeito para a integração social, à indiferença e ao esquecimento, socorridos pelas drogas e todo tipo de produtos tóxicos"⁴⁶.

⁴⁰ A expressão é de TOURAINE, *Palavra e sangue*, p. 512. Para uma análise mais detalhada desse processo, cf. BALLEIS, P. ob. cit.

⁴¹ Otávio Velho, antropólogo, descreve o dualismo da sociedade brasileira em termos de Primeiro e Segundo Brasil; cf. entrevista a VEJA, 16/01/1991, p. 5-7.

⁴² WEFFORT, F., "A América errada", *Lua Nova* (1990), n. 21: 34-37; aqui, p. 36.

⁴³ Cf. ZERMENO, "México...", p. 174-176; WEFFORT, art. cit., p. 18-22.

⁴⁴ BUARQUE, *O colapso...*, p. 17.

⁴⁵ ZERMENO, "México...", p. 190.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 177.

Este conformismo delinqüencial e a individualização anômica dificultam a instauração de uma identidade dos excluídos, não permitindo que se articule uma idéia global da sociedade, nem a concepção de uma comunidade que, desde o oprimido, se empenhe na defesa da dignidade e dos direitos humanos e assim se torne capaz de refazer o tecido social rompido.

A situação de conformismo delinqüencial e de individualização anômica leva à *ridicularização do sofrimento*. Princípios valorativos que "elevam" à categoria de admiração e respeito o aniquilamento do outro, a violência, a crueldade prepotente do assaltante, o machismo, a violação, a aparente indiferença pelas marcas e mutilações que sobre o próprio corpo denotam a violência passada ou recente. Há um culto ao heroísmo, mas de maneira paradoxalmente depreciativa. Indiferença ante o sofrimento. Enfim, parece "tratar-se de uma exclusão que conduz à autodestruição; uma degradação que não permite uma identidade construtiva com aqueles que se encontram em situação semelhante"⁴⁷.

Essa "*lumpenização das condutas*"⁴⁸ atinge igualmente segmentos de classe média e alta. Isto se constata na crescente participação de representantes destas classes, desencantadas com a possibilidade de realizarem pelo trabalho os seus sonhos consumistas, em roubos, tráfico de entorpecentes e extorsões mediante seqüestro.

Outra manifestação característica é a *expansão da prática da corrupção* que vai se tornando *sistêmica*. A impunidade dos crimes de colarinho branco e a prática do "que "é dando que se recebe" vai generalizando a frouxidão ética e corroendo o senso do bem comum. A corrupção passa a ser algo natural e normal. Criam-se assim "áreas de exclusão", ou seja, regiões do comportamento e mesmo geográficas que fogem do controle do Estado ou de qualquer instância legal⁴⁹.

3. Perda de lugar no mundo

A *reorganização da economia mundial não contempla os países latino-americanos*, com exceção, talvez, do México. No novo arranjo do Mundo do Comércio, na política de blocos tal como está se desenvolvendo hoje, os países do Terceiro Mundo apenas sobram. São o "resto do mundo". "Um amontoado de países atrasados, estancados e marginais aos centros de dinamismo do sistema econômico internacional"⁵⁰.

⁴⁷ Ibid., p. 179.

⁴⁸ A expressão é de WEFFORT, F., "A América errada", p. 23.

⁴⁹ Cf. MORAES FILHO, Evaristo, "Juros sociais altos", *Jornal do Brasil*, 02/06/1991, Caderno Idéias, p. 4.

⁵⁰ WEFFORT, art. cit., p. 31.

Países que já eram pobres tornaram-se também marginais. De países dependentes passaram a países abandonados, esquecidos. Sairam ou lentamente estão saindo dos principais circuitos econômicos do mundo moderno. Isto significa a exclusão do processo de globalização da economia.

O *fluxo do capital* cada vez mais é de direção única: Norte-Norte. Se antes eramos importadores, o aumento da dívida externa nos tornou exportadores de capital⁵¹. Só em 1989 a transferência líquida de recursos brasileiros para o exterior foi da ordem de 14 bilhões de dólares, algo em torno de 3,4% do PIB⁵². Enquanto isso, os créditos concedidos pelos bancos das principais nações industrializadas são cada vez mais reduzidos⁵³. A dívida praticamente tornou-se o vínculo mais forte, apesar de perverso, com o Mundo do Comércio.

A luta pela plena cidadania

A crise vivida pela sociedade brasileira aponta para a necessidade de incremento da luta pela plena cidadania e pela urgência de ousar uma escolha ética que define os propósitos da sociedade brasileira e a eles subordine a economia.

1. Empenhar-se na consolidação da cidadania social. Isto significa superar a figura do pobre como necessitado. Pois nesta figuração os direitos se transformam em ajuda, a participação, em tutela estatal, a justiça, em caridade e a condição de pobreza, em estigma que diferencia o pobre de todos os outros. Pois a contraface da privação de condições materiais de vida das grandes majorias "é a ausência de um espaço público de pertencimento, em que seus interesses, razões e vontades possam ser elaborados e reconhecidos como demandas legítimas"⁵⁴.

Urge apoiar, animar e incentivar todas as formas de lutas sociais capazes de abrir espaços públicos, nos quais experiências diversas possam ser tematizadas, problematizadas e, por essa via, desprivatizadas enquanto condição comum que interpela a sociedade na formulação e exigência de direitos.

Assim, falar dos direitos é uma forma de conceber o lugar dos indivíduos na sociedade e as reciprocidades e responsabilidades que esses lugares demandam. Os direitos deixam de "ser precários, subordinados aos direitos de outros grupos sociais, que detêm a capacidade de fazer valer para

⁵¹ TOURAINE, ob. cit., p. 457.

⁵² Cf. CNBB, *Sociedade brasileira...*, p. 41.

⁵³ NEUTZLING, I., "A modernização brasileira...", p. 232.

⁵⁴ TELLES, V.S., "A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre classes trabalhadoras urbanas", *São Paulo em Perspectiva* 4 (1990), n. 2, p. 39.

si a normatividade da lei, assegurando assim sua cidadania". Alcança-se então a objetividade própria do direito, superando-se a sobreposição da capacidade econômica ao direito de ter direitos⁵⁵.

Daí a importância de "animar vivamente os trabalhadores a se empenharem na luta pela justiça social, na participação dos sindicatos e nas decisões sobre os problemas de toda a sociedade"⁵⁶. Na Campanha da Fraternidade deste ano, a Igreja voltou a se comprometer a "estimular e apoiar as organizações autônomas dos assalariados rurais e dos setores informais dos trabalhadores do campo, aprofundando a solidariedade efetiva entre os trabalhadores do campo e da cidade"⁵⁷.

2. Fomentar a contribuir com todas as iniciativas que permitem avançar na conquista da cidadania plena por parte dos pobres. Trata-se aqui de superar o paternalismo estatal, que cria dependência generalizada com respeito ao Estado, dificultando dessa forma as iniciativas dos próprios grupos na luta pela superação da situação em que vivem⁵⁸.

3. A conquista da cidadania plena implica na destruição do mecanismo de absorção das lideranças às alturas burocráticas da política. A centralização numa burocracia altamente hierarquizada e disciplinada, muitas vezes em torno de um chefe indiscutido, impossibilita o surgimento e crescimento de formas participativas do exercício do poder⁵⁹. É neste sentido que a Igreja reafirma, na CF 91, "os direitos constitucionais dos trabalhadores, como o direito ao emprego, à greve, ao salário justo, à participação nos lucros das empresas, aposentadoria digna, acesso à terra para morar e produzir" e se compromete "na solidariedade aos trabalhadores em terra que ocupam terrenos ociosos", no "seu acompanhamento nas diversas fases de sua organização" e de contribuir "no trabalho de conscientização com as organizações de base dos trabalhadores, no bairro, na fábrica, na comunidade rural"⁶⁰.

3. Pesquisa recente analisando a distribuição da renda no Brasil chega à evidência que "aponta para a inexistência de qualquer tendência de a desigualdade de renda aumentar ou diminuir sistematicamente com o crescimento econômico", ou mesmo à evidência de "a desigualdade ter mais

⁵⁵ MÜLLER, G., "O não-direito do não-cidadão", *Novos Estudos do CEBRAP* (1986), n. 15, p. 46-47.

⁵⁶ CNBB, *Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo, no trabalho e na política*, São Paulo: Paulinas, 1988 (Documentos da CNBB, 40), n. 173-174.

⁵⁷ *Solidários na dignidade e no trabalho: texto-base CF-91*, CNBB, 1990, p. 103.

⁵⁸ Cf. ANDRADE, R.C., "Política e pobreza no Brasil", *Lua Nova* (1989), n. 19, p. 112. Cf. CNBB, *Sociedade brasileira...*

⁵⁹ Cf. ZERMEÑO, "México...", p. 186-187.

⁶⁰ *Solidários...*, texto-base CF-91, p. 100-103.

possibilidade de aumentar, quanto mais rápido for o crescimento econômico". Quer dizer, quanto mais cresce a economia, tanto mais ela se torna desigual⁶¹. Portanto, "os fatores determinantes das variações na desigualdade de renda devem ser localizados no *estilo* de crescimento econômico e não na sua taxa de incremento"⁶².

A pobreza não é um fenômeno novo. O novo é que agora ela é fabricada como consequência de uma opção por um modelo de desenvolvimento econômico que é constitutivamente "desigual e desigualizante"⁶³. Ele não se formou espontaneamente. A desigualdade é produzida. Ela é o fruto da engenharia macroeconômica aplicada. Ela tem a ver com decisões conscientemente tomadas dentro da lógica da ciência econômica. Enfim, há uma arquitetura do desastre social⁶⁴.

Assim, é urgente e de fundamental importância apostar num processo de modernização que inclua a aspiração democrática de uma sociedade única, integrada em um mesmo padrão tecnológico e social⁶⁵. Tirar o país do atraso social, revendo os objetivos nacionais: uma população que goze de plena liberdade, saudável, educada, solidária, sem medo histórico do futuro e sem medo físico do presente. Propor um desenvolvimento econômico subordinado aos interesses de uma sociedade livre, dispondo de soberania para definir ela própria os seus problemas e sua eficiente solução, utilizando como deseja os recursos de que dispõe. O desafio que se coloca é de redefinir o modelo de modernização, isto é, os seus objetivos com base em propósitos éticos para a sociedade. A distribuição da renda, por exemplo, é uma decisão ética e política. Isto é, a redução da desigualdade só ocorre quando passa a ser um objetivo em si, subordinando-se-lhe as decisões econômicas. A distribuição não é uma questão de instrumentos. É uma questão de objetivos. O que justifica a distribuição é o desejo ético de uma harmonia social, é o projeto de uma democracia. Pois "a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juízes de vida democrática de uma nação"⁶⁶.

Urge uma escolha ética que defina os propósitos da sociedade e a eles subordine a economia e o uso de ciência e da tecnologia. Esta opção, por-

⁶¹ MANGABEIRA UNGER, ob. cit., p. 15.

⁶² COSTA ROMÃO, M., "Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais", in: CAMARGO, J.M., GIAMBIAGI, F. *Distribuição de renda no Brasil*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 117.

⁶³ O'DONNELL, *Análise do autoritarismo burocrático*, p. 60; cf. BUARQUE, *O colapso...*, p. 60.

⁶⁴ BUARQUE, C., LEIA (1990), n. 147, p. 4.

⁶⁵ Aqui seguimos basicamente BUARQUE, C., *O colapso...*, p. 21-38 e 117-121.

⁶⁶ CNBB, *Exigências éticas da ordem democrática*, São Paulo: Paulinas, 1989 (Documentos da CNBB, 42), n. 72.

tanto, não será por decisões de caráter econômico, ainda menos por soluções limitadas às técnicas utilizadas. Só assim será possível construir uma ordem democrática capaz de possibilitar a efetiva diminuição das desigualdades sociais, proporcionando a todos as mesmas possibilidades na organização da sociedade, de modo especial do processo produtivo. Pois "é no trabalho que os homens encontram o fundamento do seu direito de participar nas decisões que dizem respeito aos problemas da sociedade inteira, que vive do seu trabalho"⁶⁷. Só então se poderá construir uma sociedade onde a pessoa humana tenha a primazia sobre as instituições, onde o reconhecimento do primado do trabalho sobre o capital seja a base da ordem socio-econômica tendo como objetivo o bem-estar de todos, na justiça social⁶⁸.

O Pe. **Inácio Neutzing** SJ é doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana e assessor permanente do setor da Pastoral Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de professor de Moral Social no Centro de Estudo Superiores da Companhia de Jesus, em Belo Horizonte. Sua tese doutoral foi publicada na coleção *Fé e Realidade*, sob o título: *O Reino de Deus e os Pobres* (São Paulo, Loyola).

Endereço: Caixa Postal 13-2067 — 70401 Brasília-DF

⁶⁷ Ibid., n. 67; *Igreja: comunhão e missão...* (Doc. CNBB, 40), n. 159.

⁶⁸ CNBB, *Exigências...*, n. 68.